

# Saúde coletiva precisa de pesquisa e inovação

**MAURICIO L. BARRETO E  
LUÍS EUGENIO DE SOUZA**

Quando se falar em saúde, pensa-se logo em médicos e hospitais. E, de fato, médicos e hospitais são fundamentais para ajudar a recuperar a saúde. Contudo, o cuidado exige muito mais, exige a garantia de condições dignas de vida, que incluem desde ações de saneamento ambiental e de enfrentamento da violência até a realização de transplantes de órgãos, passando pela vacinação e pela dieta nutritiva, entre outras coisas. Construir um sistema capaz de articular todas essas dimensões é tarefa que requer, além de decisão política e capacidade de gestão, um grande investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A Constituição Brasileira, no inciso V do artigo 200, atribui ao Sistema Único de Saúde

(SUS) a competência de incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico. Em consequência, duas conferências nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) em saúde foram realizadas (1994 e 2004), com ampla participação de pesquisadores, gestores e usuários do SUS. E importantes esforços organizacionais têm sido feitos, incluindo a criação, em 2003, de uma secretaria dedicada a CT&I no Ministério da Saúde.

Esses esforços permitiram aproximar as prioridades de pesquisa das necessidades da população e dos programas do SUS, assim como propiciaram o aumento do investimento na pesquisa, criando as condições objetivas para que crescesse a produção científica brasileira.

**Médicos e hospitais são fundamentais para ajudar a recuperar a saúde. Contudo, o cuidado exige muito mais**

O Brasil é hoje o décimo-terceiro país do mundo em produção científica, com o campo da saúde representando uma proporção significativa desta produção. A comunidade científica brasileira da área, organizada em milhares de grupos de pesquisas de universidades, centros e institutos acadêmicos do país, tem se mobilizado para responder aos desafios postos pela Constituição e, assim, gerar conhecimentos e tecnologias que melhorem as condições de saúde dos brasileiros. Dos 122 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, criados há poucos anos pelo CNPq, aproximadamente um terço é da área.

A saúde coletiva é uma das mais produtivas áreas da pesquisa científica, tendo por foco produzir conhecimentos e desenvolver tec-

nologias relacionados à situação e aos determinantes da saúde das pessoas, bem como a formulação de políticas e a organização de serviços e programas. Se a CT&I, em geral, é vital para o desenvolvimento do país, a CT&I em saúde e, em especial, em saúde coletiva, é importante para que, ao processo de desenvolvimento econômico, se alie o desenvolvimento social.

Para a comunidade da saúde coletiva, a consolidação de um SUS de alta qualidade não visa somente a fazer cumprir um direito constitucional, mas também a promover a construção de uma sociedade mais saudável, o que demanda a utilização do melhor conhecimento científico. ●

*Maurício L. Barreto e Luís Eugênio de Souza são membros da Associação Brasileira de Saúde Coletiva*

N.R.: Veríssimo volta a escrever nos próximos dias

## Caminhos integrados

**FABIANA IZAGA**

O atual sistema de transportes públicos no Rio de Janeiro, e sua representação cartográfica, instrumentos que auxiliam na legibilidade da cidade, não têm acompanhado as transformações da cidade. Isso assinala a falta de um planejamento urbano consequente das últimas décadas e a ausência de um pensamento sobre o devir da cidade metropolitana.

Importantes obras viárias realizadas nas décadas de 1960 e 70 se estabeleceram como definidoras de novas articulações, que acontecem em simultâneo à precarização do sistema sobre trilhos. Entre elas, estão o alargamento da Avenida Atlântica e a construção do Aterro do Flamengo, do Viaduto das Bandeiras (Túnel do Joá-Ponte da Joatinga), do Túnel Rebouças e da Ponte Presidente Costa e Silva.

Hoje, o transporte rodoviário é majoritário nas viagens urbanas, com aproximadamente 60% do total, de onde 35% são realizadas por ônibus. Enquanto isso, as viagens de trem+metrô+barcas respondem por menos de 5%, segundo o Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU) de 2005. A isso se soma o fato de 4% da população gastar mais de duas horas e cerca de 20% entre uma e duas horas no deslocamento casa-trabalho, como revelam dados do IBGE de 2010.

No Rio, o metrô alcançou, em 2010, 35 km de rede, com 35 estações em duas linhas que, de modo

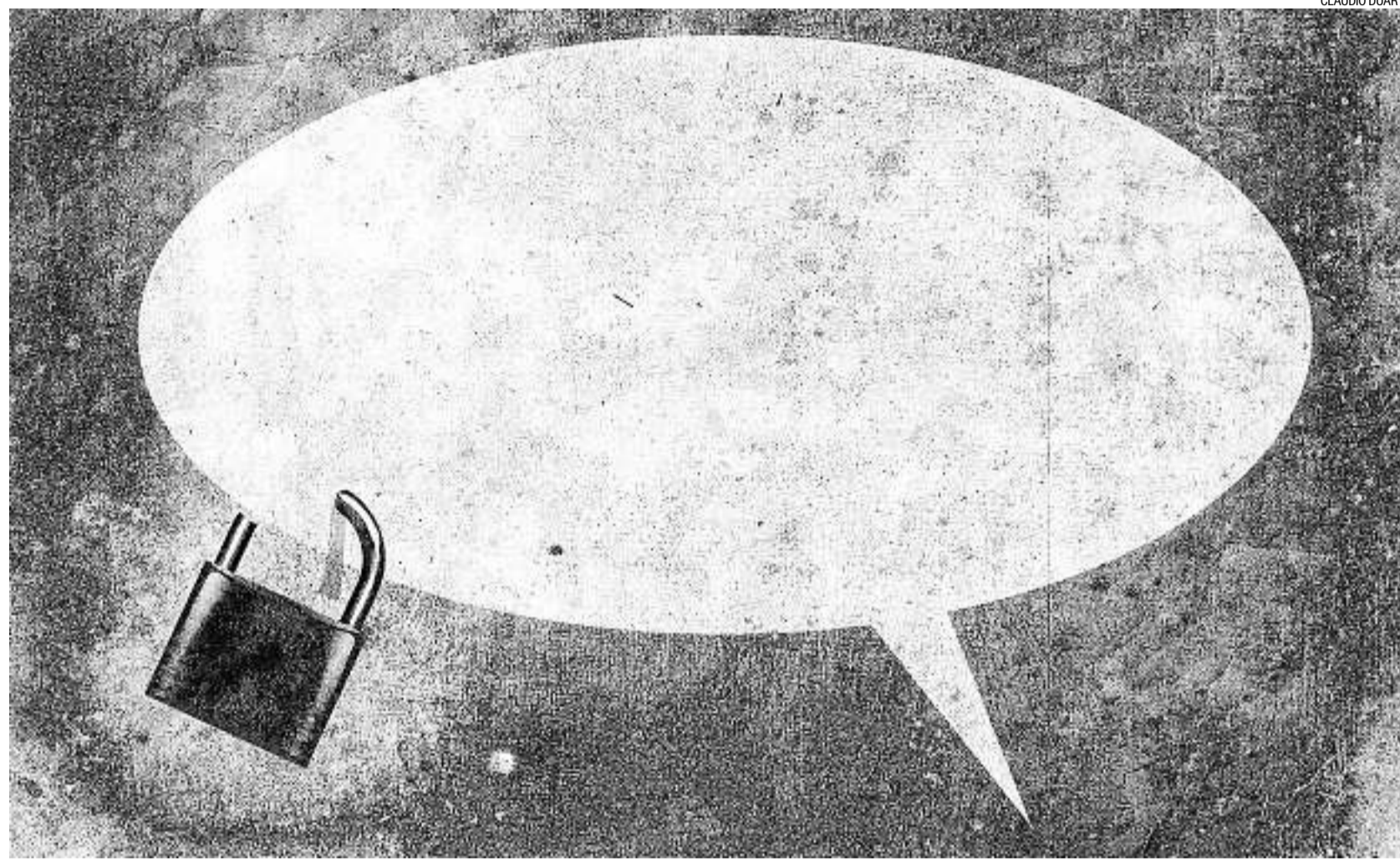
sui generis, não se cruzam, mas se prolongam. As novas linhas de BRT, com extensão total de 145km, cujo desenho responde ao projeto de candidatura das Jogos Olímpicos que ocorrerão em 2016, colocam-se entre a oportunidade de uma nova estruturação urbana ou a continuidade da nociva expansão em baixa densidade.

O BRT Transoeste atravessa territórios ambientalmente frágeis e diferenciados entre si, com um inexplicável modelo de intervenção, abrindo vetores em áreas desocupadas que deveriam ser protegidas. O Transcarioca (Barra-Aeroporto do Galeão) vem sendo implementado sem um plano de redesenvolvimento do seu tecido lindeiro, objeto de inúmeras desapropriações, que desfiguram a paisagem das centralidades suburbanas. Já o BRT Transbrasil é uma grande oportunidade de afirmar o vetor mais populoso norte-sul e urge pelo planejamento de estações de transferência adequadas, que construam um lugar junto ao tecido urbano existente.

Em grandes cidades do velho mundo, o mapa do metrô constitui-se o próprio mapa da cidade, tal a capacidade de leitura urbana de um vetor estruturador de transporte. Às nossas cidades, que cresceram e que dependem dos ônibus, cabe tornar o seu serviço legível e integrador de espacialidades, e, conforme o caso, inibidor de ocupação.

O desenho de um sistema de informações do transporte público se apresenta como oportunidade de tornar visível a necessidade de políticas territorialmente integradas. Ao dar legibilidade à cidade metropolitana, a disponibilidade de informação se coloca também como instrumento de democratização da cidade, por mais diversa e plural que ela permaneça. ●

*Fabiana Izaga é arquiteta e urbanista*



CLAUDIO DUARTE

## Nada a dizer ao mundo

**MARCELLO AVERBUG**

Desde quando o PT assumiu o poder, verificou-se uma perda de rumo na política externa brasileira. Enquanto Lula ocupava o Palácio do Planalto, esse desnorreamento era camuflado pelo estrelismo do presidente, que protagonizava atitudes de impacto internacional, embora desprovidas de conteúdo.

Agora, com uma presidente insossa em Brasília, tornou-se indisfarçável o fato de o principal país da América Latina não ter nada a que dizer para o mundo. Por outro lado, as manifestações de rua ocorridas nas cidades brasileiras tiveram também o efeito de abalar o mito Lula-PT no nível mundial, ofuscando uma das fontes do sex-appeal político de nosso país.

Para reconquistar substância, a política externa brasileira teria que definir um conjunto emblemático de temas, em torno dos quais concentraria a sua atuação. A título provocativo, menciono alguns exemplos.

O primeiro seria a conciliação de atritos en-

tre países do continente americano. Tanto unilateralmente quanto através da OEA, o Brasil promoveria um clima de harmonia na área. Na verdade, o mais patético dos atritos é o que perdura entre Cuba e Estados Unidos. Nenhum outro país reúne melhores condições do que o Brasil para intermediar o fim desse conflito de opereta. E, quando isso acontecer, a cooperação interamericana irá adquirir nova dimensão.

**A política externa brasileira teria que definir um conjunto emblemático de temas, em torno dos quais concentraria a sua atuação**

Existe um tema no cenário global que se encontra órfão: defesa do meio ambiente. Nenhum país assumiu liderança na batalha em prol desse incômodo assunto. E o governo brasileiro descambou para o pior dos cami-

nhos: minimizou o papel que podemos desempenhar na salvação do planeta, dado o grau de culpa das nações desenvolvidas. Não é pelo fato de 80% das emissões de gases ocorrerem no Hemisfério Norte que o Brasil deva abster-se de assumir papel de destaque no combate à degradação ambiental, até mesmo por motivo de legítima defesa, pois, afinal, habitamos o mesmo planeta.

Como terceiro tema, proponho a reformulação do Mercosul. Além dos fatores políticos negativos, a falta de perspectivas reinante nesse pacto advém do fato de haver um claro equívoco na prioridade em vigor: maximizar as transações comerciais entre seus membros.

O propósito correto seria usar o Mercosul como alavanca para expandir as exportações, ao resto do mundo, desse bloco regional como um todo. Isto é, capacitá-lo a melhor competir nos mercados europeu, americano e asiático.

Com a palavra, o Itamaraty. ●

*Marcello Averbug é consultor econômico*

## Comportamento criminoso

**MILTON CORRÊA DA COSTA**

O Black Bloc é uma organização criminosa, com todas as suas características, pois tem sua atuação de caráter permanente, com base em estrutura definida, horizontalizada na distribuição de missões. Possuindo ideologia própria, os black blocs contestam a estrutura do poder capitalista no mundo, praticando constantemente atos agressivos, de anarquia, afronta à ordem pública, desordem generalizada e ameaça à incolumidade de cidadãos pacíficos.

Há o sentido de organização estruturada para a prática de crimes de danos ao patrimônio público e privado. Eles têm ideia-força e símbolos (do anarquismo, sobretudo), vestem-se de negro, cobrem o rosto com máscaras e panos para proteção do anonimato e possuem características próprias de enfrentamento às forças de repressão. Fazem uso de perigoso arsenal para resistência agressiva e guerrilha urbana — há instrução específica —, inclusive coquetéis molotov, estilingues e objetos perfurocortantes. Trata-se de uma organização estruturada para finalidade anárquica e de contestação a qualquer organização social dominante sob o conceito do autonomismo.

Vale ressaltar que o autonomismo se de-

envolveu como um conjunto de experimentos sociais organizados — surge no início dos anos 80 na Alemanha Ocidental — por setores que optaram por se manter à margem do modo de vida dominante imposto pelo capitalismo e criar focos de sociabilidade alternativos dentro das sociedades capitalistas, mas pautados por valores e práticas opostos aos dominantes.

**O Black Bloc utiliza-se também, em sua estrutura de organização criminosa, do anonimato de redes sociais na divulgação para convocação dos atos de desordem**

O Black Bloc utiliza-se também, em sua estrutura de organização criminosa, do anonimato de redes sociais na divulgação para convocação dos atos de desordem. A organização difunde táticas de guerrilha urbana e arregimentação para a sua causa, através de sites, e ainda dispõe de uma mídia privada — eles se opõem aos demais órgãos de imprensa —, com a finalidade precípua de registrar e divulgar os excessos policiais durante as manifestações, procurando mostrar episódios de violência de integrantes das forças legais,

para desacreditá-las perante a opinião pública. Regozijam-se, no entanto, ao mostrarem, por exemplo, uma viatura policial ou de imprensa incendiada.

Este é o comportamento dos criminosos dos black blocs. Alguns cidadãos — até celebridades — lhes prestam apoio incondicional. Absurdo e insensatez. Quem é da área de educação, por exemplo, não pode apoiar a má educação e a falta de civilidade de vândalos, sem falar no péssimo exemplo dado aos alunos, jovens e crianças em período de formação social.

Quanto à recente decisão da Justiça que soltou a maioria dos acusados de atos de vandalismo ocorridos no Centro do Rio, em 15/10, não se discute, cumpre-se. Foi tomada com base na lei em vigor.

A polícia precisa, portanto, juntar provas concretas que enquadrem tais ativistas radicais na organização criminosa (Lei Federal 12.850/13), já que o flagrante individual de atos de vandalismo nem sempre é fácil de obter. É hora e vez de começarmos a pensar na edição da Lei Antiterrorismo, com penas mais pesadas, que desencoraje e puna os terroristas urbanos. Aos inimigos da democracia, o rigor da lei. ●

*Milton Corrêa da Costa é tenente-coronel da reserva da Polícia Militar do Estado do Rio*